VISÃO DO CORREIO

Combustível, saúde e educação

As discussões em torno da redução ou limitação de impostos para exercer controle de preços precisam ser profundas e envolver aspectos que não apenas reduza o valor dos combustíveis para controlar a inflação. É claro que é desejável que os preços da gasolina e do diesel recuem para alívio do custo de vida sufocante sob o qual os brasileiros espremem seus muitas vezes parcos salários, mas há a necessidade de que tal ação seja adotada sem que gere efeitos colaterais que podem afetar exatamente a parcela menos favorecida. O imposto que encarece os produtos é o mesmo que gera receita para despesas com educação e saúde, serviços que atendem basicamente a parcela mais pobre da sociedade.

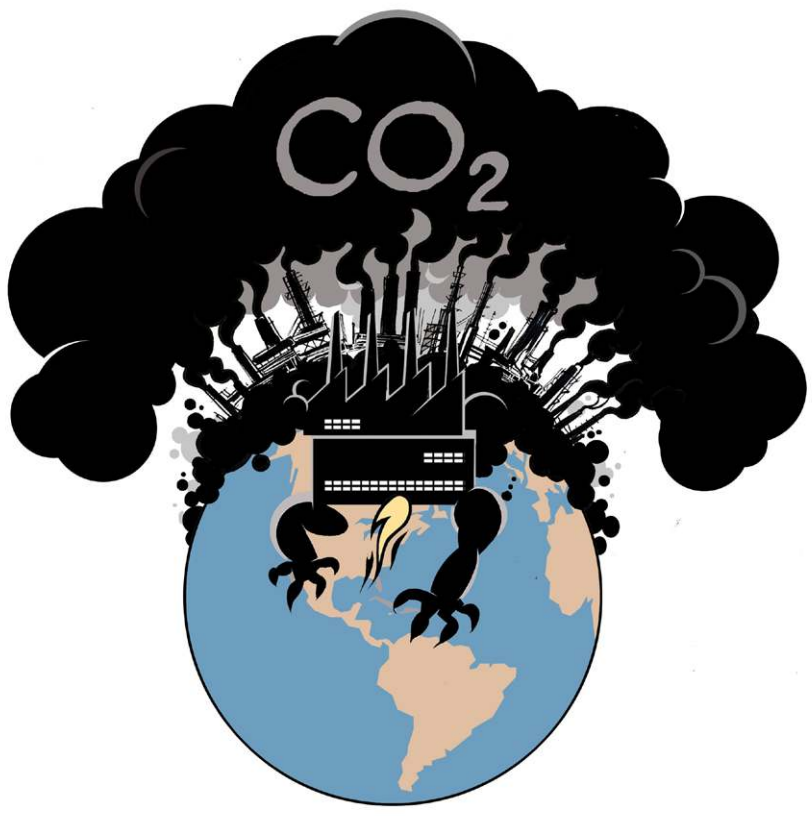
É nesse ponto que divergem governo federal e governos estaduais em relação ao projeto que tramita no Senado e que limita a 17% o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicações e de transporte público. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vem conversando com estados e a União para, segundo ele, chegar a um ponto que permita reduzir os preços dos combustíveis sem afetar de forma severa as receitas dos estados, seja com a instituição de um mecanismo de compensação de perda de arrecadação com o ICMS pelo governo federal ou com um imposto sobre as petroleiras, seja pela postergação da medida em relação a outros itens, como energia elétrica e telecomunicações, para outro momento.

A tendência é de que o projeto seja votado e aprovado no Senado, contemplando um adiamento da limitação sobre energia e telecomunicações, atendendo em parte aos estados e em parte ao governo federal, que rechaça com veemência a possibilidade de compensar perdas dos entes federados com o projeto que limita a cobrança do ICMS. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, já se manifestaram contra a compensação, mas é preciso cuidado, pois a perda de arrecadação pode comprometer gastos com saúde e educação, o que respinga no Palácio do Planalto.

É preciso frisar que a redução dos preços dos combustíveis é urgente e necessária diante da perspectiva de continuidade de aumento dos preços do petróleo, cotado acima de US$ 120 o barril do tipo brent, e da possibilidade sombria de que o valor do litro do diesel chegue a R$ 10 no segundo semestre. Nesse ponto, a redução do imposto não representará nada sobre os preços, que vão pesar nos custos do transporte e no bolso da população, mas pode garantir a manutenção da receita dos estados, com o aumento do valor compensando a redução da alíquota. Para a inflação, essa perspectiva de elevação do valor do diesel para dois dígitos é drástica.

Mas é necessário cautela com as contas públicas estaduais, que exigem acompanhamento de perto da execução orçamentária a partir da limitação do ICMS sobre combustíveis. Isso porque, segundo cálculos do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz), os combustíveis representam 20% da receita de ICMS, que por sua vez corresponde a 70% de tudo que os estados arrecadam, o que mostra o peso do imposto sobre mercadorias no caixa dos estados. Além disso, como a Constituição obriga os entes federados a destinar 25% da receita do ICMS para a educação, no mínimo 12% para a saúde e outros 25% para os municípios, a redução nessa receita afetará também as cidades brasileiras.

O ideal é que todo esse movimento de redução de custos tributários estivesse ocorrendo no âmbito de uma reforma tributária de forma a baixar os preços ao consumidor não apenas dos combustíveis, mas de todos os produtos de consumo. O que se espera é que efetivamente a redução da carga tributária nos combustíveis chegue ao consumidor final e não esbarre na recomposição de margem de lucro das empresas, porque a queda de receita dos estados será real e pode comprometer a prestação de serviços públicos no futuro próximo.





ROSANE GARCIA
rosanegarcia.df@dabr.com.br

Marco legal na resistência

Após sequestrados, os negros eram obrigados a dar várias voltas em torno do baobá, a fim de esquecer seus laços com a cultura, hábitos e costumes do seu grupo étnico e da terra de origem. Concluído o ritual, eram embargados nos navios, com destino ao Brasil, onde passavam a ser escravos e submetidos ao trabalho forçado e às mais diversas formas de tortura, resultantes da barbárie do tráfico de escravos — um crime de lesa-humanidade. Assim, o baobá se tornou conhecido como a "árvore do esquecimento". No Distrito Federal, há pelo menos 50 deles mapeados e vários outros espalhados pelo Nordeste e Sudeste do país.

O ritual do esquecimento não eliminou a memória dos negros. Como o baobá, ela se mantém viva e fortalecida entre os afrodescendentes. Na contramão do racismo estrutural, da necropolítica e das expressões de discriminação e exclusão, os negros que assim se reconhecem estão, cada vez mais, fortes, resistentes e organizados, estão organizados e buscam uma reparação pacífica dos crimes praticados contra seus antepassados, por meio da aprovação do Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (Projeto de Lei nº 1279, 17/5/2022), subscrito pela deputada Erika Kokay e 19 outros parlamentares, em tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposta vem sendo construída há muito tempo pelo Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma). O estudo, inspirador do projeto de lei, resgata a tradição das diferentes matrizes dos povos jêje, bantu e yorubá, desde a produção de alimentos, respeito à soberania alimentar, tradições, cultura e expressões religiosas, alvo da intolerância de denominações de fé eurocentristas.

O PL 1279/22 prevê a inviolabilidade dos territórios tradicionais, hoje denominados popularmente de terreiros, barracões e casas de batuque, exceto por mandado judicial; estabelece como dever do poder público e da sociedade a adoção de ações voltadas à valorização da ancestralidade africana no Brasil e ao combate ao racismo, inclusive por meio de campanhas nacionais; determina ao poder público a realização de diagnóstico socioeconômico e cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana; e determina que a política de segurança pública deverá coibir atos violentos ou de intolerância contra os afro-brasileiros, entre outras providências que rompem com o segregacionismo étnico racial.

O Marco Legal é um instrumento de reparação ante séculos de abomináveis condutas contra a maioria da população brasileira, formada por pretos e pardos, que somam 56% da sociedade nacional e pouco mais de 55% da força de trabalho, que garante a riqueza deste país. Em contrapartida, 75% dos mais pobres são negros. Tais discrepâncias são inomináveis e descabidas ante os atuais valores civilizatórios, pois comprometem a condição de ser humano dos brasileiros e perpetuam injustiças e comportamentos irracionais.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail: sredat.df@dabr.com.br**

Meio ambiente

O Dia do Meio Ambiente, em 5 de junho, nos faz refletir sobre o planeta que estamos deixando para as próximas gerações. Ou ainda não nos damos conta do tamanho da crise ecológica que as novas gerações herdarão pela irresponsabilidade com que tratamos o meio ambiente? E é justamente o lucro dos ricos que cria um modelo de consumo que todos perseguimos, agredindo e sugando o sangue da Terra.

» **José R. Pinheiro Filho,**
Asa Norte

100 dias de guerra

Poderia ser um cenário sem nenhum dia dessa tal de guerra. Bom se fossem mais de 100 dias em bons diálogos, ó planeta Terra! E que tal se fossem mais de 100 dias em boas prosas/cantorias? Poderiam ser mais de 100 dias, na paz, em boas manias!

» **Antônio Carlos S. Machado,**
Águas Claras

Tebet

Não rendeu dividendos políticos para a candidata Simone Tebet sair na capa da "Veja" e declarar amor eterno ao PSDB e ao ex-governador Eduardo Leite. As pesquisas indicam que a senadora não desgruda dos 3%. A candidatura de Tebet vai acabar melancolicamente conhecida como nota de três reais.

» **Vicente Limongi Netto,**
Lago Norte

Música

O Clube voltou a vibrar na noite. E logo com a majestade do João Donato e um trio de arrasar: Robertinho Silva, Luiz Alves e Ricardo Pontes. Animação de volta, após 2 anos e meio, com repertório atemporal. Mesas animadas, fotos, noite iluminada. Um espanto de beleza dos instrumentos, em sintonia com o Maestro. Se João Donato houvesse composto apenas A Rã, já seria consagrado no mundo inteiro. O sax, o violoncelo e a bateria são um capítulo à parte, pela majestade dos metais e cordas, mais o sopro delicado ou mais forte do trio. — Como é lindo saber tocar um instrumento! No segundo semestre, o Clube vem com carga total para ensinar futuros músicos, começando pelas crianças. Noite mágica, noite de entusiasmo, noite feliz. Precisamos de mais desses encontros afinados e vibrantes, para exorcizar e acabar com a pretensiosa gusTTavização da verdadeira música popular brasileira.

» **Thelma B. Oliveira,**
Asa Norte

Redes Sociais

As redes sociais foram criadas para capturar a atenção e o tempo dos usuários, mesmo que de forma apelativa, com o único objetivo de lucrar cada vez mais. Assim cresceram rapidamente. Essa lógica, entretanto, favoreceu a ação suja dos políticos populistas e extremistas. É preciso que Facebook e companhia assumam seus erros para depois transformarem a forma como fazem negócios. Aí, conseguiremos extrair o que há de mais positivo no uso dessas tecnologias. Hoje, no entanto, a balança pesa para o lado oposto. As redes têm feito mais mal do que bem. Os algoritmos deveriam ser utilizados para, por exemplo, promover os direitos humanos, a ciência, a diversidade.

» **Renato Mendes Prestes,**
Águas Claras

Plano de trabalho

Deveria existir uma legislação que obrigasse o candidato à cargo público a efetivar uma proposta, um plano de trabalho para a sua gestão e de ser responsabilizado caso não a cumpra. Ele precisa dizer a que veio e que esse plano de trabalho seja, devidamente, divulgado pelo partido do candidato de uma forma eficaz, leal. Seria importante que os candidatos participassem dos debates; talvez, até que houvesse uma exigência. Não dá é a população ficar no escuro com um assunto dessa importância e que seja obrigada a comparecer às urnas como um cordeirinho visto que os lobos maus estão na espreita afim de abocanhar seus quinhões não merecidos. A população precisa execrar essa turma que usa os cargos públicos para encher os bolsos e não cansam de ludibriar os votantes. Temos casos gritantes que, com a parcialidade da Suprema Corte, estão de novo à postos liderando as pesquisas para o preenchimento desses cargos e que, na condição atual, sequer podem sair às ruas. Desse jeito o Brasil continuará com a sina de ser o país do futuro porque o presente está deixando escapar entre os dedos.

» **Vilmar Oliva de Salles,**
Taguatinga

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tem cabimento deputados federais votarem a favor do PL 4188/2021? A quem eles representam?

Marcos Paulino — Vicente Pires

Aliança torpe entre inescrupulosos deputados do Centrão e banqueiros. Até há pouco tempo, a habitação familiar era inalienável para pagamento de dívida. Agora, pode ser usurpada pela ganância do poder econômico.

Paulo Américo Santos — Águas Claras

Cada decisão do Congresso revela a podridão de espírito daqueles que foram eleitos pela sociedade e selvageria contra a vida dos cidadãos.

Euzébio Queiroz — Octogonal

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: **3342-1000**

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 3,00**	**R$ 5,00**

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

D.A LOG
Agenciamento de Publicidade